

Espírito e personalidade – II

Olavo de Carvalho

É objetivamente estranho, mas culturalmente compreensível, que o estudo da inteligência humana faça tão pouco uso do conceito de “verdade”. O que se mede nos testes é apenas a correção formal, a adequação, a eficiência dos raciocínios, mas há com toda a evidência uma diferença abissal entre fazer um raciocínio correto e saber que ele está correto. A primeira dessas operações pode ser efetuada por um computador. A segunda exige uma presença humana, uma inteligência pessoal, uma consciência. Tudo o que um computador pode fazer é aplicar certos protocolos de correção padronizada e aprovar ou rejeitar suas próprias conclusões, mas isso não é o mesmo que “saber”.

É por um vício cognitivo, por uma espécie de compulsão metonímica, que um homem diz que “seu” pensamento, “sua” memória, “seu” raciocínio ou mesmo “sua” inteligência – no sentido vulgar de destreza mental -- apreenderam tal ou qual verdade. Nenhuma função da mente pode, como tal, nos dar a verdade. Juntas ou separadas, só nos dão os elementos e articulações nos quais reconheceremos – ou não – a verdade. O reconhecimento da verdade não é obra de nenhuma faculdade ou potencia mental: é obra da pessoa como tal, do ser humano individual concreto, ou, se quiserem, do “eu”.

Mesmo quando dizemos “meu eu” ou “meu ego”, furtamo-nos à condição e à responsabilidade de sujeito agente, terceirizando-as num nome de parte ou função, e às vezes acreditamos que assim nosso discurso subiu mais alto na escala de objetividade. Mas por que deveria eu ser considerado mais veraz, mais confiável ou mais “objetivo” pelo simples fato de falar de mim mesmo na terceira pessoa? Qualquer criança de dois anos pode fazer isso. Falar de “pensamento”, de “imaginação”, de “inteligência” etc., só é válido se estou ciente de que essas terceiras pessoas abstratas são entidades fictícias incumbidas de representar, no microcosmo do discurso, várias modalidades de uma ação que em todos os casos é minha e somente minha.

Todo mundo conhece a piada: o que engorda não é açúcar, não é cerveja, não é pão, não é macarrão – o que engorda é você. O mesmo retorno do objeto ao sujeito deveria ser praticado quando se fala do conhecimento da verdade: quem enxerga a verdade não é meu pensamento, meus órgãos dos sentidos, minha imaginação ou minha inteligência: quem enxerga ou não enxerga a verdade sou eu.

Há, é claro, alguma dificuldade gramatical em falar em nosso próprio nome quando queremos dar ao nosso depoimento um sentido de universalidade, sugerir que aquilo que se passa na nossa experiência se dá exatamente igual – ou deveria dar-se – na experiência de todo mundo. Em geral simulamos a universalidade, que é uma ampliação, por meio da impessoalidade, que é uma diminuição. O artifício é lingüisticamente aceitável, mas sempre perigoso, porque tão logo o aplicamos tendemos a esquecer que o fizemos, e tomamos a impessoalidade enquanto tal como indício ou prova de veracidade. Daí à frieza estudada do discurso professoral, em que um tagarela esperto se esconde por trás da tribuna para fingir que é a voz da verdade universal, o passo é bem curto.

Nem todos os depoimentos concordantes do mundo podem provar o que quer que seja, se as testemunhas não falam desde dentro da sua consciência viva, com plena presença individual humana, mas desde a superfície de um papel social aprendido, com um senso de responsabilidade moral e humana de bonecos de ventríloquo.

Mesmo na ciência, muitas vezes os experimentos concordantes só parecem sê-lo porque sua expressão em palavras faz abstração de mil e um desvios e variações individuais observados durante a sua execução. Congressos científicos, tribunais, debates parlamentares e jornalísticos não passam, com frequência, de espetáculos de teatro onde os atores se esmeram em dar uma impressão de verossimilhança concordante por meio da simples impessoalidade do tom e da abstinência ascética de qualquer presença pessoal.

Tudo isso não impede que o único conhecedor e portador da verdade continue sendo o sujeito individual consciente tomado na sua unidade moralmente responsável e na sinceridade do seu testemunho interior.

Se a concordância de muitos testemunhos é frequentemente enganadora, a confissão individual plena pode, em contraste, elevar-se às alturas da validade universal quando seu conteúdo vem carregado daquela necessidade intrínseca que força todo ouvinte sincero a reconhecer, por dentro, que com ele as coisas se passam exatamente do mesmo modo. Quando Agostinho confessa que desde a mais tenra infância já tinha pensamentos maldosos no coração, qual ouvinte honesto, com memória afiada, pode negar que também os tinha? Se digo que, malgrado minhas aspirações espirituais, com frequência me surpreendo temendo mais a opinião pública que me espreme de perto do que o Juízo Final com que Deus me acena de longe – ou mesmo deixando-me levar pela fantasia macabra de que Deus me julgará com a malícia de meus inimigos --, qual ser humano, em seu juízo perfeito, pode negar que o mesmo tenha jamais se passado com ele?

O assentimento pode, no entanto, basear-se na imitação de papéis aprendidos ou num senso das conveniências sociais em vez da sinceridade da memória. Quando é esse o caso, tanto faz a testemunha falaciosa esconder-se exteriormente por trás daquilo que ela imagina que os ouvintes esperam dela ou, interiormente, por trás de funções da mente hipostasiadas numa pluralidade de terceiras pessoas gramaticais. A mentira exterior e a mentira interior só diferem pelo tamanho da plateia.

Sexta-feira, 18 de janeiro de 2013